

Márcia Romero
marcia.romero@unifesp.br

Vanessa Santana Lima Trauzzola
vsantana.lima@gmail.com

Identidade lexical, funcionamento enunciativo e variação semântica para a Teoria das Operações Enunciativas

Lexical identity, enunciative functioning and semantic variation for the Theory of Enunciative Operations

RESUMO - Este trabalho propõe uma abordagem semântica diferenciada da relação que os lexemas verbais mantêm com os contextos nos quais se inserem e cuja construção enunciativa sustentam. Fundamenta-se no princípio de que os modelos composicionais de constituição do sentido de um enunciado são insuficientes para explicar, de um lado, as interações entre as unidades linguísticas que lhe dão forma, de outro, as variações semânticas observadas. Tomando como ilustração a análise do funcionamento enunciativo dos verbos *romper* e *quebrar* em português brasileiro (PB), busca evidenciar em que medida os processos semânticos próprios a estas unidades se aproximam e se distanciam nas cenas enunciativas que constroem. O quadro teórico-metodológico adotado é o da Teoria das Operações Enunciativas, referencial inscrito no campo da Linguística da Enunciação e que tem na prática de elaboração de glosas seu fundamento analítico. Operação sustentada pela atividade epilinguística constitutiva da linguagem, a glosa se estabelece pela manipulação controlada do material empírico, que expõe circunstâncias e restrições referentes ao emprego dos verbos em articulação com seus contextos de inserção.

Palavras-chave: identidade e variação semânticas, lexemas verbais, abordagem enunciativa, português brasileiro, análise contrastiva de *romper* e *quebrar*.

ABSTRACT - This work proposes a differentiated semantic approach of the relations that the verbal lexemes maintain with the contexts in which they are inserted and whose enunciative construction they support. It is based on the principle that the compositional models of constitution of the sense of an utterance are insufficient to explain, on the one hand, the interactions among the linguistic units which give them form and, on the other hand, the observed semantic variations and discursive productivity. Taking the analysis of the semantic nature of the verbs *romper* and *quebrar* in Brazilian Portuguese (BP) as an illustration, it is intended to evidence into what extent the semantic processes of these units approximate and distance themselves from the enunciative scenes they build. The theoretical and methodological framework adopted is the Theory of Enunciative Operations, referential inscribed in the field of Linguistics of Enunciation and whose analytical functioning is the practice of elaboration of glosses. As an operation sustained by the epilinguistic activity which constitutes language, the gloss is established by the controlled manipulation of the empiric material, which exposes circumstances and restrictions referred to the employment of the verbs articulated with their contexts of insertion.

Keywords: identity and semantic variation, verbal lexemes, enunciative approach, Brazilian Portuguese, contrastive analysis of *romper* and *quebrar*.

Sentido e identidade semântica das unidades lexicais

Tradicionalmente, os estudos voltados à compreensão do sentido das unidades lexicais encontram-se centrados na existência de campos semânticos, princípio que *grosso modo* busca estabelecer redes de relações semântico-lexicais entre unidades da língua, culminando na identificação de palavras caracterizadas como polissêmicas, sinônimas, hiperônimas-hipônimas etc. (Victorri e Fuchs, 1997; Tamba-Mecz, 2006).

Tal procedimento tem em sua base a compreensão de que os sentidos das palavras são frutos, no nível intrasistêmico, de “acordos” sancionados por “definições”, que instituem e garantem sua validade” (Tamba-Mecz, 2006, p. 128). Se, como ainda observa o autor, “os paradigmas relacionais lexicais estão longe de ser integralmente determinados e absolutamente fixados” (Tamba-Mecz, 2006, p. 129), isso não exclui o fato de as palavras serem entendidas como dotadas de um ou mais sentidos que lhes é (são) intrínseco(s) e que antecede(m) à própria produção linguística.

Com efeito, para a teoria dos campos semânticos:

[...] existe em cada palavra, tal como na língua, algo que lhe imprime determinada constância e que impede o seu emprego arbitrário. É o núcleo convencional ou significativo fundamental, adquirido no quadro da experiência social. Qualquer palavra, por complexa que seja a gama de suas variações semânticas, pode ser reduzida a este núcleo inicial que constitui a própria base de agrupamento semântico, a “unidade na variedade”, e que assegura a estabilidade relativa do léxico da língua, necessária para a compreensão mútua (Martins, 2008, p. 105).

Embora a existência de um “núcleo significativo fundamental”, se considerarmos os ajustamentos inter-subjetivos sobre os quais se estabelece a compreensão, possa parecer, em um primeiro momento, convincente, são inúmeros os problemas que decorrem dessa positividade atribuída à matéria semântica de uma dada unidade linguística, dentre os quais mencionamos, entre outros, a perda do estatuto de signo linguístico¹, o papel controverso conferido ao contexto verbal² e a insuficiência na elucidação do que sustenta a variação, uma vez que não se esclarece o que há por trás da rede lexical vinculando as unidades em sentidos aproximados, nem o que nos autoriza a falar em polissemia.

É interessante ressaltar, ademais, que desse posicionamento resulta o entendimento de que “[os] diferentes significados móveis e cambiantes, os significados figurados, por exemplo, se desenvolvem a partir do significado central e fundamental, que é estável, e cimenta por isso os outros significados secundários da palavra” (Martins, 2008, p. 105), o que tende a aproximar o “núcleo significativo fundamental” do não figurado, do denotativo, evidenciando uma concepção de sentido fortemente “referencialista”, posto que esta remeteria ao mundo, real ou ideal (Franckel, 2011b).

O quadro referencial no qual este trabalho se fundamenta, a saber, a Teoria das Operações Enunciativas (TOE), em uma direção oposta a esses estudos, entende o sentido como produto da materialidade verbal, *i.e.* das relações que a unidade lexical entretém com os enunciados nos quais se insere e ajuda a construir.

Considerando, portanto, a qualidade de polissemia atribuída à língua, dado que a estabilização semântica de uma unidade lexical resulta das interações observadas no seio dos enunciados, o sentido adquirido por esta unidade marca necessariamente o término

do processo de significação, o que faz da polissemia, como bem explica Benveniste (1989, p. 232), nada mais do que “a soma institucionalizada [...] [de] valores contextuais [de uma unidade], sempre instantâneos, aptos a se enriquecer e a desaparecer, [em suma], sem permanência, sem valor constante”. No que se refere à natureza da identidade semântica da unidade lexical, essa concepção de polissemia refuta qualquer caracterização proveniente da manipulação desses valores, ou melhor, qualquer tentativa de reduzi-los a um conteúdo inerente à unidade.

Na Teoria das Operações Enunciativas, se não se postula a estabilidade semântica inerente à unidade, fala-se comumente, no entanto, em estabilização do sentido. A estabilização do sentido sustenta que a identidade semântica da unidade lexical deve ser buscada no próprio desenrolar do processo significativo, na interação verificada entre a unidade e seu(s) contexto(s). Ao se refutar a existência de uma estabilidade semântica primeira, *i.e.* a concepção de que a unidade lexical traz consigo um núcleo significativo inerente, postula-se uma unidade cujo âmago é de natureza variável, deformável, e, o que é mais importante, definido pela função específica que lhe é atribuída nas interações das quais participa.

Tem-se, assim, uma inversão da própria concepção de variação, apreendida como característica própria à unidade linguística, o que é perfeitamente coerente com a postura de que não há definição semântica fora do enunciado: se o sentido decorre de um todo, é porque as unidades que o compõem são, em si, maleáveis e interativas.

Que a variação seja intrínseca à unidade linguística porque esta é inteiramente dependente de seu pôr em uso, Benveniste, sem dúvida alguma, também o afirma por meio do conceito de função integrativa (Benveniste, 1995, p. 133), para o qual “uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como parte integrante da unidade de nível superior, da qual se torna o integrante” (Benveniste, 1995, p. 133).

A função integrativa faz deste linguista um ponto de referência capital para este estudo, visto que, ao definir o sentido em termos da capacidade de o signo se integrar em unidades superiores, promove um modelo de identidade lexical que se encontra no fundamento do conceito de forma esquemática oriundo da Teoria

¹ Relembremos a clássica afirmação saussuriana: “a língua não é um mecanismo criado e ordenado com vistas a conceitos a exprimir” (Saussure, 2000, p. 100).

² Por contexto verbal, entendemos os elementos linguísticos que contribuem para que a unidade linguística se constitua em enunciado. Apreender a unidade linguística por meio de um “núcleo significativo fundamental” tende a reduzir o contexto, igualmente constituído por unidades linguísticas, ao elemento responsável ora por expandir um núcleo significativo demasiadamente restrito, ora por restringir um núcleo significativo demasiadamente abrangente. Em outras palavras, nessa perspectiva, caberia ao contexto o papel de filtro lexical, estatuto incompatível com o fato de ser o contexto, por sua vez, igualmente instável dada a sua natureza linguística (Romero, 2010).

das Operações Enunciativas (Romero, 2010; De Vogüé, 2011a).

A forma esquemática figura na base de um modelo de identidade lexical no qual o semantismo da unidade linguística é caracterizado por uma forma dinâmica invariante elaborada a partir das manipulações nas quais se verificam, de um lado, as contextualizações desencadeadas pela unidade e o modo como a unidade trabalha os termos nelas presentes; de outro, em um movimento recíproco, o modo como essas contextualizações e os referidos termos trabalham a própria unidade.

Essa forma dinâmica invariante, de natureza abstrata e dotada de regularidade, representa, assim, as relações estabelecidas entre a unidade e seus diferentes contextos. É o funcionamento enunciativo da unidade linguística que é descrito por esse conceito, que se mostra próximo a de um *script* que diz – e logo, afeta – os elementos convocados para o seu pôr em uso (a sua *mise en scène*) ao mesmo tempo em que, se ajustando às propriedades de cada elemento convocado, reconstrói de maneira variável sua encenação (Romero, 2010; De Vogüé, 2011a).

Ao representar o funcionamento enunciativo da unidade linguística, ou melhor, ao representar seu movimento enunciativo, a forma esquemática, primeiro, não fala por si só: *quebrar*, do ponto de vista da matéria significativa de sua forma esquemática, não marca nem o que se despedaça, nem o que se parte, assim como *romper* não marca o que eclode, quebra ou o que sai com ímpeto, para mencionar apenas algumas de suas acepções usuais; segundo, é única: as relações por ela descritas são exclusivas, e se duas unidades linguísticas, de uma mesma língua ou não, podem ser apreendidas como semanticamente semelhantes (por exemplo, *quebrar* e *romper*; *quebrar* e *casser*), essa apreensão é necessariamente circunstancial, *i.e.* fundamentada em caminhos que, apesar de conduzirem a soluções próximas em enunciados nos quais tais verbos se deparam com condições específicas de funcionamento, são constitutivamente diferentes; e, por fim, é impregnada de regularidades, e isso pelo fato de o funcionamento da unidade em si ser repetível nos enunciados que ajuda a elaborar.

Tendo em vista essas colocações, por meio da análise contrastiva do funcionamento enunciativo de duas unidades linguísticas tidas como semanticamente próximas em determinados ambientes textuais no português brasileiro (PB), *romper* e *quebrar*, propomo-nos a refletir sobre o conjunto de relações por elas estabelecidas no enunciado com vistas à identificação de suas características próprias e singulares. Ao examinar o modo como se articulam nos enunciados, bem como as representações oriundas das determinações atribuídas aos termos com os quais interagem, sejam estes argumentos ou não do verbo, buscamos delinear a natureza de sua dinâmica invariante,

invariância que lhes permite produzir diferentes valores semânticos quando em uso.

A prática de elaboração de glosas como metodologia analítica

O conceito de forma esquemática acima apresentado mostra que a unidade lexical é compreendida como parte de um esquema de regulação dos modos como os enunciados se constituem e significam. O que a identifica semanticamente é um potencial enunciativo que ordena e orienta sua produção de sentido, sua variação semântica. Este funcionamento enunciativo lhe confere, ao mesmo tempo, o potencial de significar e de constituir certos contextos enunciativos, sem deixar, no entanto, de restringir seu uso, fazendo com que determinados empregos sejam menos aceitáveis do que outros.

Em consonância com este posicionamento teórico, a metodologia de análise adotada baseia-se na atividade de manipulação e reformulação de enunciados, tal como proposta por Franckel (2011c). Em seu fundamento, encontra-se a prática de elaboração de glosas, que consiste em um modo específico de parafraseamento cujo propósito é o de promover reformulações minuciosas e controladas com vistas à identificação dos processos enunciativos de construção de sentido de uma dada unidade lexical, processos comuns ao conjunto de enunciados nos quais ela se insere.

Não se trata, portanto, de se estabelecer uma rede de sinônimos circunstanciais para a unidade a partir dos enunciados ou sequências linguísticas por ela construídas, uma vez que o objetivo não é o de “mobilizar uma ou outra unidade de sentido próximo em um contexto dado para estabelecer uma reformulação, mas, pelo contrário, de considerar seus sinônimos como lugar de análise do que os distingue da unidade considerada” (Franckel, 2011c, p. 121). Como observa, ainda, o autor, “o recurso à sinonímia para explicar o sentido de uma unidade constitui, finalmente, uma negação de sua identidade, enquanto a glosa corresponde a uma tentativa de caracterizá-la em sua especificidade irreduzível” (Franckel, 2011c, p. 121).

A reformulação controlada ou glosa pode ser definida como uma atividade metalinguística que permite, ainda que de forma restrita e hipotética porque elaborada pelo analista, formalizar operações linguísticas e cognitivas realizadas de modo não consciente ao produzirmos enunciados. Trata-se, pois, da tentativa de tornar consciente o saber linguístico do qual fazemos uso sem que dele tenhamos consciência, um saber sustentado por nossa atividade epilinguística, atividade que consiste, para a Teoria das Operações Enunciativas, na própria atividade de linguagem (Culioli, 1990; Culioli e Normand, 2005; Romero, 2011).

De acordo com Franckel (2011c), a concepção de glosa:

[...] fundamenta-se no postulado de que a língua constitui um sistema autônomo, munido de uma organização própria, que só é apreensível por meio de si mesma, nas suas manifestações formais. As formas da língua tornam possíveis sua própria formalização em uma reduplicação incessante, mas constituída como lugar de ressonância e de raciocínio (Franckel, 2011c, p. 129).

Esta metodologia promove a possibilidade de estudo e análise dos possíveis efeitos de sentido produzidos pela unidade. Isso se dá por meio da identificação dos contextos linguísticos que a própria unidade linguística convoca para funcionar dentro da língua, mais especificamente, da identificação dos termos que com ela interagem e tendem a estabilizá-la semanticamente, de um lado, e das determinações por ela conferidas a esses termos, de outro. Essas determinações passam pela evocação de representações a cada vez particulares, que evidenciam características singulares dos termos analisados.

Para dar um único exemplo, embora, intuitivamente, afirmemos que o termo *o cano*, em *O cano rompeu* e *O cano quebrou*, evoca a representação de um objeto, o fato é que as determinações oriundas dos verbos fazem com que este termo desencadeie representações muito mais elaboradas, que manifestam especificidades próprias ao funcionamento enunciativo de cada lexema verbal. É assim que *o cano*, com o verbo *quebrar*, evoca pura e simplesmente uma representação estrutural, a tal ponto que este enunciado pode evocar uma cena enunciativa na qual o cano quebrado seja apenas um cano de uma obra ainda em construção, um cano que se encontra fora de uso. Essa cena enunciativa seria inadmissível com o enunciado *O cano rompeu*, uma vez que *romper* desencadeia obrigatoriamente uma representação do cano em funcionamento. Evoca-se um cano que continha algo (*água, gás* etc.) e que não é mais capaz de exercer essa função. A determinação operada por *romper* incide sobre a capacidade de o cano funcionar como o que delimita, como o que contém.

Assim, com essas glosas que buscam esmiuçar o papel do verbo a partir do modo como ele opera sobre os termos que convoca para se enunciar, tem-se, antes de tudo, uma atividade reflexiva acerca dos fatos da língua, uma atividade que busca recuperar e formalizar meta-linguisticamente o raciocínio que sustenta a produção enunciativa e que é da ordem de processos cognitivos específicos à atividade de linguagem. Nas palavras de Franckel (2011c), nesta metodologia da reformulação, “o que está em jogo é o estabelecimento de procedimentos controláveis, que passam por uma argumentação e que se apoiam em fatos da língua reproduzíveis [...]” (Franckel, 2011c, p. 107).

Nesse estudo, propomo-nos, em suma, a delinear o que se mantém estável dentro da variação que é, por fim, constitutiva das unidades lexicais, evidenciando que “através da variação do sentido das unidades, é possível destacar as regularidades na maneira pela qual se organiza essa variação” (Franckel, 2011a, p. 19). Se partimos das formas, da observação de como os enunciados se organizam e são agenciados, e das determinações decorrentes das unidades em jogo, é “para aferir, não o que as motiva, mas o que elaboram, [...] não o que seria a causa destas formas, mas o que constitui a razão delas” (De Vogüé, 2011b, p. 278).

Na continuidade do trabalho, trazemos atividades de reformulação envolvendo os verbos *romper* e *quebrar* em contextos idênticos. Tratam-se de enunciados porque, neles, o valor do verbo é estabilizado semanticamente. No entanto, esses enunciados são reduzidos ao máximo em suas formulações, visto ser essa redução de grande auxílio para o exame das determinações oriundas do verbo e que recaem sobre os termos com os quais as construções se elaboram.

Os objetivos das atividades são dois: evidenciar os mecanismos de funcionamento enunciativo próprios a cada verbo e o fio condutor que orienta sua articulação com outras unidades para compor os enunciados.

O funcionamento enunciativo de *romper* e *quebrar*

Uma primeira consulta a fontes lexicográficas diversas (Borba, 1990; Houaiss e Villar, 2009) possibilitou verificar as diversas acepções atribuídas ao verbo *romper*, que, de maneira geral, o aproximam, a depender do emprego, dos verbos *quebrar*, *partir*, *rasgar*, *atravessar*, *infringir*, *raiar*, *surgir* etc. Já o verbo *quebrar* seria semanticamente próximo, também conforme o emprego, dos verbos *reduzir a pedaços*, *fragmentar*, *despedaçar*, *partir*, *romper*, *fraturar*, *interromper*, *cortar*, *infringir*, *violar*, *acabar*, *enguiçar*, *anular*, *entrar em falência* etc.³.

Nesta seção, o objetivo é mostrar de que modo o funcionamento enunciativo destes verbos estão para além dessas acepções, que, embora nos deem pistas acerca de sua variação semântica, não explicam quais propriedades fazem com que os contextos em que são empregados, no caso das acepções apreendidas como semanticamente próximas, desencadeiem cenas enunciativas a cada vez únicas.

Para a realização desta atividade de reformulação e parafraseagem, selecionamos pares de enunciados que permitem contrastar o funcionamento dos verbos ao trazer à tona suas especificidades, bem como as determinações

³ Para análise, na íntegra, do verbo *romper*, remetemos a Lima (2013); já para análise de *quebrar*, a Romero (2010) e Romero e Vóvio (2011).

por eles conferidas aos termos com os quais compõem os enunciados⁴.

Como primeiro par de exemplos, temos:

- (A1) *O cano rompeu.*
(A2) *O cano quebrou.*

Em (A1), com *romper*, nota-se que o enunciado constrói uma representação na qual o termo *o cano* evoca a perda de sua capacidade enquanto continente, o que mostra que o verbo o apreende como incapaz de manter sob seus limites o que deveria manter contido e conduzido até um determinado ponto (por exemplo, *a água, o gás* etc.). O enunciado tende igualmente a evocar uma causa para o rompimento, por exemplo, o fato de o que está contido exercer uma pressão sobre o cano que o contém, pressão oriunda de fatores diversos.

Já em (A2), constrói-se uma representação na qual o termo *o cano* é apreendido de modo bem diverso, uma vez que *quebrar* remete às suas características estruturais. Nesta representação, enfatiza-se a estrutura do cano, que perde sua característica una ou sua integridade. Vale observar que, na representação elaborada por (A2), o cano poderia sequer estar em uso ou nada conter, diferente do que se observa em (A1), em que não apenas o cano deve ser representado como em funcionamento, como se espera que sua funcionalidade seja restabelecida.

Importa-nos destacar, com esse primeiro par de enunciados, que a análise atenta para o modo como o termo *o cano* é representado e apreendido pelos diferentes verbos: em (A1), como o que evoca uma relação continente-contido, em (A2), como o que se apresenta por uma solidariedade estrutural. Esse modo de apreensão do termo por parte dos verbos recai, igualmente, sobre o modo como o próprio verbo é semanticamente visto, já que, em (A1), tende-se a aproximar o verbo *romper*

de *estourar; vaziar*, enquanto que, em (A2), tende-se a aproximar *quebrar* de *se partir; se despedaçar*.

Consideremos o segundo par de enunciados:

- (B1) *O vaso rompeu.*
(B2) *O vaso quebrou.*

Este par é grande interesse para a análise, pois vemos de um modo bastante direto as determinações específicas conferidas por *romper* e *quebrar* ao termo *vaso* para que ele possa funcionar em cenas enunciativas elaboradas pelos verbos.

Assim, em (B1), o termo *o vaso* tende a evocar uma representação em que é visto como um canal pelo qual circula um líquido orgânico, *i.e.* como um vaso sanguíneo. O rompimento do vaso remete à representação de que o que nele estava contido (*o sangue*), não está mais. A imagem que a cena constrói é a de um vaso que jorra sangue. Em (B2), o termo *o vaso* vai ser delimitado por *quebrar* do ponto de vista de sua inteireza: mais uma vez, é o vaso apreendido em sua totalidade, em sua característica una, que vem à tona. *Quebrar* diz que essa totalidade não mais se verifica, dando origem a representações nas quais se evocam partes de um objeto vaso ou o fato de sua unicidade ter sido atingida. *O vaso quebrou* pode evocar, portanto, a quebra da alça do vaso, do pé do vaso, um vaso que se espatifou em mil pedaços etc. Há inúmeras representações passíveis de serem evocadas, mas, nelas, deve ser observada uma relação que recupere a totalidade do vaso.

Passemos, agora, a:

- (C1) *Eles romperam o contrato.*
(C2) *Eles quebraram o contrato.*

Em (C1), *romper* conduz à representação do termo *o contrato* como o que determina direitos e obrigações das partes por ele vinculadas, funcionando como elemento regulador das ações dos envolvidos e garantia de prote-

⁴ Na terminologia por nós empregada, utilizaremos apenas “termo”, sem qualificar os sintagmas nominais associados ao verbo por meio de seus papéis temáticos ou funções sintáticas. No entanto, vale, aqui, fazer algumas importantes considerações sobre as construções observadas nos enunciados, cuja valência é ora monovalente, ora bivalente. No caso dos monovalentes, há construções ergativas, caso dos exemplos (A1) *O cano rompeu* e (A2) *O cano quebrou*, que poderiam, naturalmente, aparecer sob a forma bivalente: (A1’) *A enxurrada rompeu o cano*; (A2’) *A enxurrada quebrou o cano*. A alternância ergativa própria a determinados verbos, como observam Ilari e Basso (2008), nos coloca “diante do problema de decidir se estamos ante um único verbo com dois usos, ou dois verbos diferentes” (p. 192), dado o fato de ser o número de argumento uma característica fundamental do verbo. Não vamos nos ater a essas questões por não ser do escopo deste trabalho. Um conjunto de observações que evidenciam o posicionamento por nós adotado nas análises, bem como nosso posicionamento diante do referido problema merece, contudo, ser feito: (1) embora o desenrolar discursivo de (A2) e (A2’), por exemplo, tenda, naturalmente, a não ser o mesmo, e isso, de um lado, pelas próprias construções observadas, de outro, pelo papel do pretérito perfeito, que pode conduzir (A2) para uma interpretação na qual o estado quebrado do cano se torna mais proeminente do que em (A2’), que apontaria, sobretudo, para o fato de que houve uma quebra do cano (o estado quebrado seria subsequente à quebra) (Romero-Lopes, 2007), essa diferença no encadeamento discursivo não altera o funcionamento enunciativo do verbo, que apreende o termo *o cano*, em ambos os enunciados, por meio de suas características estruturais, como nos mostra a análise proposta na continuidade do texto. Em outras palavras, se o que o que nos interessa, nesse estudo, é analisar o funcionamento enunciativo do verbo, este é o mesmo em (A2) e (A2’); (2) Sem dúvida, o fato de o termo *o cano* apresentar o papel temático de “paciente” contribui para que o funcionamento enunciativo do verbo seja o mesmo em (A2) e (A2’), mas não basta para diferenciar *quebrar* de *romper*, uma vez que em (A1) e (A1’), *o cano*, igualmente paciente, é apreendido de modo totalmente distinto do observado em (A2) e (A2’); (3) Isso nos conduz, por fim, a sustentar que o funcionamento enunciativo do verbo, caracterizado pela forma esquemática que o identifica semanticamente, não está relacionado a suas estruturas argumentais, o que forneceria uma resposta ao problema mencionado por Ilari e Basso (2008): trata-se, evidentemente, do mesmo verbo porque a identidade semântica do verbo não se relaciona a uma estrutura argumental de base. Para maiores desenvolvimentos da questão, ver De Vogüé (2011b).

ção de seus interesses. Deste modo, as ações das partes são apreendidas como condicionadas às cláusulas nele estipuladas. *Romper o contrato* implica, por sua vez, que o que condicionava ou regulava determinados modos de ação não mais se verifica.

É interessante observar que, em (C2), a representação de *o contrato* também nos conduz a apreendê-lo como documento composto por cláusulas a serem respeitadas. Porém, a ênfase, neste caso, recai sobre a perda da unidade do contrato: o que era visto como um conjunto coeso de cláusulas estabelecidas uma em função da outra – e que garantia a existência do contrato como unidade – simplesmente deixa de existir (por exemplo, pelo fato de uma de suas cláusulas não ter sido respeitada).

A representação do termo *o contrato* sob a ótica das cláusulas que o constituem pode ser observada pelo emprego da voz passiva, visto aceitarmos mais facilmente o enunciado (C2') *O contrato foi quebrado*, em que se evidencia o fato de o contrato não ser mais válido, do que (C1') *O contrato foi rompido*, em que se apaga o responsável pelo rompimento e, conseqüentemente, quem se submetia ao contrato.

Observemos, agora, os enunciados:

- (D1) *Eles romperam o silêncio.*
(D2) *Eles quebraram o silêncio.*

Em (D1), o termo *o silêncio* tende a ser representado como o período em que alguém se recusava a falar sobre um dado assunto, o rompimento indicando que se passou a se pronunciar sobre ele. Neste caso, *o silêncio* traz o peso de uma coerção, de algo que retinha a palavra. *Romper* evoca uma representação na qual a palavra retida passa a se manifestar livremente.

Em (D2), são duas as representações manifestadas pelo termo *o silêncio* quando enunciado por *quebrar*: pode se evocar tanto um estado de silêncio (de ausência de barulho) de um dado ambiente, caso, por exemplo, de (D2') *Os aviões de caça quebraram o silêncio daquela manhã de domingo*, quanto *o silêncio* do compromisso de não se revelar algo, tal como (D2''): *Os envolvidos no desvio do dinheiro quebraram o silêncio*. Em (D2'), *o silêncio* remete ao período apreendido por uma circunstancialidade (pelo estado de silêncio que toma a manhã) e *quebrar* diz que esse estado cessou; em (D2''), é o compromisso assumido que não se verifica mais.

Em suma, o funcionamento enunciativo de *romper* evoca uma representação na qual o termo *o silêncio* é determinado como o que pesa sobre *eles*, coagindo-os a se calarem. Por sua vez, o funcionamento enunciativo de *quebrar* faz com que *o silêncio* seja representado ora como um estado circunstancial que se manifesta por meio de um dado ambiente, sendo esse estado que o caracteriza e qualifica que cessa, ora como um compromisso de não falar que perde a validade.

Na continuidade do texto, examinamos enunciados em que a substituição de *romper* por *quebrar* é inaceitável, buscando propor manipulações que façam com que sejam admitidos na língua portuguesa. Consideremos, então, os enunciados seguintes:

- (E1) *As lágrimas rompiam dando vazão à tristeza.*
(E2) *A força do vento quebrou os galhos das árvores.*

Em (E1), *romper* evoca uma representação na qual o termo *as lágrimas* é apreendido como o que estava represso, contido. Dada a intensidade da tristeza que se abateu sobre o ser, este se torna incapaz de mantê-las contidas, criando a imagem de lágrimas que deságuam, que caem em abundância, revelando a dimensão da tristeza que se abateu sobre quem chora.

Para entender porque não se pode empregar *quebrar* em (E1), vale, antes, observar as representações construídas quando se tem, por exemplo, um outro termo que poderia evocar “um estado líquido”, como *as ondas*: (E1') *As ondas quebram dando vazão à sua fúria*.

Nesse enunciado, é interessante perceber que se apreende o termo *as ondas* pelo movimento ondulatório formado que torna proeminente uma porção de água (*as ondas*) face a uma dada extensão ou totalidade líquida (*o oceano*). Em outras palavras, remete-se à representação de uma superfície que é tomada por movimentos que ganham um estatuto próprio. Por outro lado, *quebrar* diz, no entanto, que esse movimento ondulatório cessa, originando a “arrebentação” das ondas (ou o fato de as ondas deixarem de existir).

Esse exemplo nos faz compreender porque não é possível dizer **As lágrimas quebravam*. Para que esse termo pudesse responder às condições de funcionamento de *quebrar*, seria necessário que ele pudesse ser apreendido por meio de um movimento contínuo, sistemático e repetível, o que explica a delimitação de *as ondas* como *movimento ondulatório*. Isso explica, ainda, porque se diz, comumente, *quebrar o ritmo, a rotina, o costume*, termos que, empregados com *quebrar*, evocam uma sistematicidade à qual o funcionamento enunciativo do verbo responde bem.

Por fim, passemos a (E2) *A força do vento quebrou os galhos das árvores*.

Pelo fato de o termo *os galhos* poder ser apreendido como parte de uma unidade, *i.e.* de uma *árvore*, admite-se perfeitamente o verbo *quebrar*, que evocaria a perda da unidade representada por *árvore*. Em contrapartida, dificilmente diríamos (?) *O vento rompeu os galhos da árvore*. O que talvez pudéssemos elaborar é (E2') *Os galhos se romperam com a força do vento*, enunciado cuja representação evocaria *os galhos* como elemento que se mantém preso às árvores, como que sustentado por elas, sofrendo, abruptamente, uma tensão que ultrapassa sua capacidade de manter essa sustentação.

Essas primeiras análises são suficientes para apresentar a forma esquemática de *romper* e *quebrar*, representação de natureza metalinguística cujo principal objetivo é o de descrever o funcionamento enunciativo próprio aos verbos.

Forma esquemática e organização da variação semântica

A partir da observação das representações conferidas aos termos com os quais os verbos *romper* e *quebrar* se enunciam, bem como das glosas passíveis de delimitá-las, notam-se modos de construção de sentido bastante distintos, que remetem ao funcionamento enunciativo próprio a cada um.

Tratando, inicialmente, de *romper*, entendemos que esse verbo marca a dissolução do que tem a função de estabelecer limites ou do que se mantém em um determinado curso; sua ação incide sobre elementos que se configuram como determinantes para o estabelecimento de limites, obstáculos, proteção, contenção etc. do que pode ser retido, contido.

Deste modo, *romper* parece ser mobilizado quando se evoca a dissolução de um elemento (X) que funciona como o que retém um elemento (Y), permitindo, com essa dissolução, que (Y) se manifeste, tome outra forma, siga outro curso etc.

Para descrever o funcionamento enunciativo deste verbo, propomos, como *forma esquemática*, a seguinte formulação:

Dado um elemento (X) que funciona como retentor de (Y), ROMPER conduz à dissolução de (X) fazendo com que (Y) siga outro curso.

A análise de outros exemplos permitem, contudo, observar que o emprego do verbo determina três grupos de funcionamento que nos parecem estar relacionados a uma dada organização de sua variação.

No *grupo (1)*, o verbo remete à perda da capacidade de delimitar, proteger, conter, englobar de (X) com relação a (Y). *Romper* marca, assim, a descaracterização de elementos que desempenham a função de continente ou que se impõem como barreiras, obstáculos ou limites, que não deveriam ou não poderiam ser ultrapassados, tal como se observa em:

- *A parede da estação de tratamento rompeu na tarde deste domingo.*
A parede (X) é apreendido por sua função de conter (Y) (a ser recuperado: *a água, o esgoto* etc.) retido sob seus limites.
- *Quando a casca se rompe é hora de tirar o amendoim do fogo.*
A casca (X) representa o elemento responsável por englobar o amendoim (Y), protegê-lo do meio externo.

Nesse primeiro grupo, notamos que o verbo marca a impossibilidade de se manter demarcações, fronteiras e limites estabelecidos (*um cano rompido*, como vimos, perde a propriedade de abrigar o elemento que ele contém); funciona ainda como o que retém (Y): sem ele, (Y) entraria em um curso livre, em queda etc. Em *uma corda rompida*, a *corda*, que apresentava como função manter algo retido, com os movimentos condicionados ao limite estabelecido por sua extensão, perde essa função, pois o que se encontrava preso a ela passa a adquirir outras possibilidades de movimento, podendo seguir em outras direções, atingir outras distâncias, adotar um novo curso.

No *grupo (2)*, o verbo marca a desobrigação em relação a compromissos ou convicções antes estabelecidos entre indivíduos, entidades, instituições ou governos. Deste modo, as regras que antes não apenas norteavam, mas também limitavam as ações dos envolvidos, perdem o efeito, desobrigando-os de permanecerem sob suas condições. Esse funcionamento se observa em enunciados como:

- *E se você rompe um preconceito, isso ajuda a acabar com outros.*
Um preconceito (X) evoca, aqui, convicções pré-estabelecidas que orientam o modo de agir (Y) diante de dadas circunstâncias.
- *Coréia do Norte rompe pacto de não-agressão com o Sul.*
Pacto (X) funciona como um conjunto de determinações acordadas entre os dois países (Y) que os impedia de agir de modo agressivo um para com o outro.
- *A pesquisa rompe alguns mitos sobre o tema.*
Mitos (X) é apreendido como um conjunto de proposições, não validadas pela história ou pelos fatos, que norteia o modo de pensar (Y) acerca de determinado assunto; uma vez o mito rompido, pode-se pensar de outro modo.

Em suma, nestes enunciados, o verbo desobriga, marca o fim de compromissos estabelecidos por meio de contratos formais ou informais, explícitos ou implícitos (*romper uma relação*, outro exemplo do grupo, é desvincular-se de certas obrigações e comportamentos socialmente esperados), de vínculos existentes; identifica, ainda, o fim de convicções ou saberes que mantêm os que neles se fundamentam sob determinadas amarras (*romper o preconceito, os mitos, a tradição* etc.).

Por fim, o *grupo (3)* marca a cessação de um processo, de algo que, de natureza espaço-temporal, vinha mantendo seu curso em uma determinada direção ou nos impedia de agir, o que pode ser observado nos enunciados a seguir:

- *Isso pelo menos rompe o imobilismo da ONU e cria um precedente.*
O imobilismo (X) é apreendido como período em que não há movimento; é o que impedia a ONU (Y) de agir.

- *Ainda bem que de vez em quando surgem essas opções e o círculo vicioso se rompe.* O círculo vicioso (X) determina um movimento contínuo, o que permanece sempre igual, impedindo que fatos ou ações (Y) ocorram de modo diverso do que vêm se mantendo por algum tempo.
- *Um violento ataque de aviação rompeu a guerra.* A guerra remete a uma situação conflituosa. Romper marca, portanto, o momento em que a situação se encontrava de uma determinada maneira e passa a ter outra característica. Assim, *um violento ataque de avião* pode tanto ter posto fim ao período de conflitos, quanto ao período de paz. O mais interessante, nas representações construídas, é que a guerra é vista ora como “incubada” (é Y, está prestes a eclodir, faltando apenas um fator para que seja desencadeada, no caso, *um violento ataque de avião*). X, aqui, é o que a contém, por exemplos, os esforços pela paz), ora como algo que acontecia (*a guerra* é X, reprimindo a todos, termo Y, os oprimidos pela guerra) e que cessa com *um violento ataque de avião*.

Neste terceiro grupo, notamos que *romper* marca a interrupção do que se constitui por se situar espaço-temporalmente (*situação de imobilidade, viciosa, situação de guerra ou de paz*). Ocorre, ainda, com termos tais como *silêncio* (conforme enunciado D1) ou *madrugada*⁵, que encerra o período da noite e inicia o da manhã etc.

Já, para descrever o funcionamento enunciativo de *quebrar*, propomos, como *forma esquemática*, a seguinte formulação:

Dado um elemento (X) que se apresenta como um conjunto de constituintes solidários, QUEBRAR opõe-se ao que funda a solidariedade entre seus constituintes, provocando uma mudança de estatuto de (X).

Tal como para *romper*, nos exemplos com *quebrar*, evidencia-se a existência de regularidades das quais decorrem três grupos de funcionamento, constituídos a partir das descrições das representações evocadas pelos termos com os quais *quebrar* se enuncia: um grupo (1), no qual a unidade solidária é marcada pela relação *todo/parte* que se faz representar pelos termos *vaso, salto do sapato, página, empresa, sistema* etc.; um grupo (2), no qual a unidade solidária é marcada por normas e regras que se manifestam por meio dos termos *protocolo, contrato, promessa, palavra, hierarquia* etc.; e um grupo (3), no

qual a unidade solidária remete a práticas sistemáticas e constantes que se manifestam pelos termos *rotina, tradição, costume, ritmo* etc.

O grupo (1) é marcado pela necessidade de se recuperar, nos termos que o constituem, a propriedade na qual se verifica uma relação entre *todo/parte*. *Quebrar* conduz à perda da totalidade ou estrutura que os constitui. *Quebrar o vaso* representa, tanto *quebrar o vaso em inúmeras partes* – o vaso em relação a partes constitutivas de uma substância passível de ser quebrada, por exemplo, *vidro* –, tanto *quebrar a alça* (parte) do *vaso* (todo); *Quebrar o salto* evoca a representação da quebra do *salto* (parte) em relação ao *sapato* (todo); *Quebrar a página* recupera necessariamente a *página* (parte) em relação ao *texto* (todo). Nesses exemplos, observa-se a presença de um termo localizador, que remete à totalidade: *vaso, sapato, texto*. Em outros exemplos, os próprios termos são apreendidos como estrutura ou mecanismo, que representam um conjunto (todo) constituído de partes e elementos interdependentes: *empresa, sistema, código, relógio* etc. *Quebrar o sistema* é fazer com que um conjunto fechado de elementos ou de relações perca a integridade que o constitui.

O grupo (2) é marcado por termos cuja representação evoca o fato de que foram feitos para serem cumpridos ou respeitados: *Quebrar o protocolo, o contrato, a promessa, a palavra, a hierarquia, o silêncio* (quando o *silêncio* evoca o compromisso de não revelar algo) etc. Nota-se, assim, que *protocolo* representa um conjunto de normas reguladoras que se espera que alguém (ou nações) respeite; *contrato*, como vimos, evoca a representação de cláusulas a serem cumpridas; *promessa, palavra*, remetem a um contrato ou a uma declaração verbal, feito(a) para si ou outrem, que evocam um conjunto de comportamento, atitudes, etc. a serem respeitados; *silêncio*, a uma declaração verbal que também evoca comportamentos (o de não revelar algo, o de se manter calado em relação a um dado assunto etc.) a serem cumpridos; por fim, *hierarquia*, à representação de uma relação entre membros de um grupo, no qual existe uma ordem a ser respeitada no interior desse mesmo grupo etc⁶.

Em suma, observam-se termos cujas representações evocam um conjunto de normas ou regras, uma ordem, que *quebrar* diz não serem mais válidas.

O grupo (3) é constituído por termos que tendem a evocar o que foi feito para ser seguido ou perpetuado, por estarem vinculados a uma permanência ou manifestação no tempo: *rotina, tradição, costume, ritmo, feitiço, silêncio*

⁵ No caso de *madrugada*, este termo pode ser enunciado, por exemplo, como *Rompeu a madrugada* ou como *Nós rompemos a madrugada* (*conversando, estudando*). Em *rompeu a madrugada*, representa-se a luz adentrando a escuridão que até então a delimitava. Já com *Nós rompemos a madrugada conversando*, o que se representa é um adentrar da madrugada, de um espaço temporal que poderia funcionar como o que limitaria nossa vontade de conversar.

⁶ *Quebrar preconceitos, mitos* etc. também fazem parte deste grupo, uma vez que os termos *preconceitos, mitos* evocam representações nas quais um conjunto de juízos e de crenças (infundados) determina o comportamento de alguns e, portanto, são por eles respeitados. *Respeitado*, aqui, não implica nenhuma valorização positiva, e, sim, o fato de que alguns agem conforme os juízos e as crenças elaborados.

etc. Observam-se, portanto, manifestações no espaço-tempo sistemáticas ou circunstanciais. Examinando cada um deles, vemos que *ritmo* evoca a representação de uma cadência, de uma repetição marcada e periódica; *rotina*, de uma repetição de hábitos, uma prática constante; *tradição* representa o que se pratica por um costume adquirido, devido a valores transmitidos de geração a geração; *costume* representa igualmente uma prática frequente, um modo de agir habitual. Ao lado desses termos, temos *feitiço*, que representa um estado oriundo de uma prática de encantamento, e *silêncio*, que, aqui, representa um estado marcado pela ausência de barulho. A propriedade evocada para este agrupamento envolve a noção de circunstancialidade, no sentido em que se observam, no espaço-tempo, ora um conjunto de práticas constantes (*rotina, tradição, costume*) ou de manifestações constantes de um fenômeno (*ritmo*)⁷, ora um conjunto constituído de um único instante no qual se verifica um estado circunstancial (*feitiço, silêncio*)⁸.

A perda da unidade solidária marcada por *quebrar* pode ser assim resumida:

- (i) (X), apreendido pela solidariedade constitutiva de um todo, deixa de sê-lo (há ruptura, partição, destruição estrutural: *quebrar o cano, o salto do sapato, a página, o vaso, a empresa, o sistema* etc.).
- (ii) (X), apreendido pela solidariedade constitutiva de normas, regras, não é mais válido (X é anulado: *quebrar a promessa, o contrato, a palavra* etc.);
- (iii) (X), apreendido por suas manifestações sistemática, temporais, circunstanciais, não mais ocorre, momentaneamente ou não (X cessa: *quebrar a rotina, a tradição, o ritmo, o silêncio* etc.).

Esses três grupos, guardadas as especificidades próprias ao funcionamento enunciativo de cada verbo, verificam-se igualmente em *romper*:

Com efeito, com *romper*, é a dissolução do (X) que retém (Y) que pode ser assim resumida:

- (i) (X), apreendido como retentor por ser o que contém (continente), deixa de sê-lo (há curso livre, visibilidade de Y: *romper o cano [de água], a parede da estação [de tratamento], a casca do amendoim* etc.).
- (ii) (X), apreendido como retentor por ser o que coíbe ou impõe normas, não é mais válido (há curso livre nos modos de pensar e de agir de Y: *romper o preconceito, os mitos, o pacto* etc.);
- (iii) (X), apreendido como retentor por ser o que situa espaço-temporalmente (*uma situação, um perío-*

do, um momento), cessa (há curso livre de uma situação: *romper o imobilismo, o círculo vicioso, a guerra* etc.).

Cabe, para finalizar, uma importante observação sobre as reflexões desenvolvidas: que os termos convocados por *romper* e *quebrar* para que seu funcionamento enunciativo se verifique, tal como os verbos, não apresentam *a priori* um sentido intrínseco. Esperamos ter deixado claro de que não se trata, portanto, de postular sentidos prévios à construção em que os termos se inserem. Para dar um único exemplo, os termos *palavra* e *protocolo*, em outros enunciados, em nada lembram as representações nas quais evocam uma declaração verbal ou um conjunto de normas reguladoras como se nota com *quebrar*. Enunciados como *Escreva uma palavra qualquer* e *Perdi meu protocolo* atestam bem isso. Aliás, um termo que, a princípio, evocaria uma mesma representação de “objeto” como *o cano* em *Rompeu o cano - Quebrou o cano*, são palco de determinações bem diversas, como as análises procuraram mostrar.

Há uma estreita integração, na construção da significação, entre os termos convocados pelos verbos e os verbos em si, o que permite entender o porquê de aproximarmos o conceito de forma esquemática do de um *script* que diz (e afeta) os elementos convocados para o seu pôr em uso (a sua *mise en scène*) ao mesmo tempo em que, se ajustando às propriedades de cada elemento convocado, reconstrói de maneira variável sua encenação. Por fim, da mesma forma que os termos agem sobre os verbos, levando-os a adquirir um determinado valor semântico, os verbos fazem os termos manifestar propriedades e representações condizentes com seu funcionamento e é na observação destas propriedades e representações associadas aos termos que se delinea o próprio papel dos verbos, a sua dinâmica invariante representada metalinguisticamente pelo conceito de *forma esquemática*.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, defendemos uma prática de análise semântica e enunciativa que prima pelo estudo da significação fundamentado na materialidade verbal que compõe os enunciados. Por meio da atividade de parafrazação e reformulação, *i.e.*, por meio da elaboração de glosas, pudemos evidenciar aproximações e distanciamentos existentes entre o funcionamento enunciativo dos verbos *romper* e *quebrar* e desenvolver uma proposta analítica de natureza notadamente reflexiva envolvendo a construção significação. Tal proposta, se parte, a princí-

⁷ Cabe, aqui, o enunciado (E1') *As ondas quebram dando vazão à sua fúria*.

⁸ A solidariedade específica a *quebrar*, neste caso, manifesta-se pela circunstancialidade de um estado que se vê atribuído a um espaço de tempo, um ambiente (*o silêncio da manhã, do ambiente*) ou a uma pessoa (*o feitiço*).

pio, de enunciados nos quais as unidades se aproximam semanticamente, só o faz com o intuito de melhor cernir a singularidade própria a cada unidade da língua, uma vez que toda e qualquer substituição de um termo em um enunciado implica novas cenas enunciativas e produções de sentido distintas.

Essas produções de sentido, como vimos, não ocorrem à revelia, não surgem de maneira imprevista, mas são orientadas por dinâmicas enunciativas específicas que definem seu funcionamento e determinam suas possibilidades de significar. A essa dinâmica enunciativa invariante que é parte integrante e essencial da identidade semântica do verbo denominamos *forma esquemática*. Responsável por formalizar, metalinguisticamente e hipoteticamente, operações cognitivas e o modo como as representações são construídas pelo material verbal, a forma esquemática influencia e orienta diretamente a maneira como operamos a língua que falamos, restringindo usos, determinando contextos de inserção. Ela se apresenta como a descrição do papel singular que cada unidade lexical desempenha dentro da língua e, sendo assim, é de natureza abstrata e relacional, o que os parâmetros nelas evidenciados deixam entrever.

É, por fim, produto de um trabalho de manipulação que exige um operar da linguagem, com a linguagem e sobre a linguagem, sendo, antes de tudo, um convite à reflexão sobre a língua, a linguagem, os processos de construção de sentido e os mecanismos neles envolvidos.

Referências

- BENVENISTE, E. 1995. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, Pontes, 294 p.
- BENVENISTE, E. 1989. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, Pontes, 387 p.
- BORBA, F.S. 1990. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1373 p.
- CULIOLI, A. 1990. *Pour une linguistique de l'énonciation tome I*. Opérations et représentations. Paris, Ophrys, 225 p.
- CULIOLI, A.; NORMAND, C. 2005. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris, Ophrys, 300 p.
- DE VOGÜÉ, S. 2011a. L'énonciation dans le lexique: actualité du concept benvenistien d'intégration dans la théorie des formes schématiques de l'école culiolienne. In: E. BRUNET; R. MAHRER, *Relire Benveniste : réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale*. Louvain-la-Neuve, Academia-Bruylant, p. 169-195.
- DE VOGÜÉ, S. 2011b. Os princípios organizadores da variedade das construções verbais. *ReVEL*, 9(16):276-315.
- FRANCKEL, J.-J. 2011a. Introdução. In: S. DE VOGÜÉ et al., *Linguagem e Enunciação: representação, referência e regulação*. São Paulo, Contexto, p. 15-30.
- FRANCKEL, J.-J. 2011b. Referência, referência e valores referenciais. In: S. DE VOGÜÉ et al., *Linguagem e Enunciação: representação, referência e regulação*. São Paulo, Contexto, p. 31-55.
- FRANCKEL, J.-J. 2011c. Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação. In: S. DE VOGÜÉ et al., *Linguagem e Enunciação: representação, referência e regulação*. São Paulo, Contexto, p. 103-130.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. 2009. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- ILARI, R.; BASSO, R.M. 2008. O verbo. In: R. ILARI; M.H.M. NEVES, *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas, Editora da UNICAMP, p. 163-365.
- LIMA, V.S. 2013. *A prática de reformulação de enunciados como fundamento para o trabalho com significação nas aulas de língua portuguesa*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo, 135 p.
- MARTINS, N.S. 2008. *Introdução à estilística*. 4ª ed., São Paulo, EDUSP, 320 p.
- ROMERO, M. 2010. Um possível diálogo entre a Teoria das Operações Enunciativas e a Aquisição: identidade semântica e produtividade discursiva. *Alfa*, 54(2):475-503.
- ROMERO, M. 2011. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culiolli e Carlos Franchi. *ReVEL*, 9(16):152-163.
- ROMERO, M.; VÓVIO, C. 2011. Da criatividade do falar do jovem às práticas pedagógicas criadoras. *Interações*, 17:72-95.
- ROMERO-LOPES, M.C. 2007. Gramática operatória e ensino de línguas. *Trilhas Linguísticas*, 13:85-99.
- SAUSSURE, F. de. 2000. *Curso de Linguística Geral*. 22ª ed., São Paulo, Cultrix, 279 p.
- TAMBA-MECZ, I. 2006. *A semântica*. São Paulo, Parábola, 159 p.
- VICTORRI, B.; FUCHS, C. 1997. *La polysémie*. Paris, Hèrmes, 224 p.

Submetido: 01/05/2014

Aceito: 21/06/2014

Márcia Romero

Universidade Federal de São Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Campus Guarulhos
Estrada do Caminho Velho, 333, Bairro Pimentas
07252-312, Guarulhos, SP, Brasil

Vanessa Santana Lima Trauzzola

Universidade Federal de São Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Campus Guarulhos
Estrada do Caminho Velho, 333, Bairro Pimentas
07252-312, Guarulhos, SP, Brasil